

Pegação, Cidadania e Violência: as Territorialidades do Imaginário da População LGBT do Rio de Janeiro¹

Fool around, Citizenship and Violence: Images of the territoriality of the LGBT population of Rio de Janeiro

Luiz Eduardo Neves Peret | leperet@gmail.com
Jornalista e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Uerj.

Resumo

Esta comunicação apresenta os resultados parciais de pesquisa realizada entre e , com um grupo focal da população LGBT, residente na cidade do Rio de Janeiro, por meio de entrevistas e da confecção de mapas subjetivos, segundo as categorias subjetivas “medo”, “conforto/aconchego” e “segurança”. Os resultados foram comparados com pesquisa realizada em , com frequentadores de uma rua do bairro de Madureira, onde ocorrem encontros semanais da população LGBT, especialmente adolescentes. Elaborou-se um pequeno mapa das territorialidades subjetivas da população LGBT no que se refere à expressão da sexualidade – relacionada com os direitos básicos de cidadania que lhes são, em geral, negados ou são objeto de hostilidades – e seus medos em relação à violência urbana, agravada pela discriminação e homofobia.

Palavras-chave: LGBT; aconchego; segurança; homofobia.

Abstract

This paper presents partial results of research conducted between and , with a focus group of LGBT people, residing in Rio de Janeiro, through interviews and subjective maps, according to the subjective categories “fear”, “comfort/warmth” and “security”. The results were compared with a research conducted in , with teenagers from Madureira neighborhood, where there are weekly meetings of LGBT people. Was drawn up a short statement of subjective territoriality of LGBT people in relation to the expression of sexuality - related to their basic rights of citizenship, in general, denied or object of hostilities - and their fears in relation to urban violence, compounded by discrimination and homophobia.

Keywords: LGBT; comfort; security; homophobia.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a falta de segurança nos centros urbanos tem se apresentado como um tema cada vez mais preocupante para a população, o governo e o meio acadêmico. Porém, há um recorte específico da questão de segurança que permanece como um problema endêmico há décadas, tanto nas grandes cidades quanto no interior: a população LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Basta lembrarmos que o movimento *Gay Pride*, que originou as Paradas do Orgulho Gay – hoje chamadas de Paradas de Consciência LGBT – teve início em um confronto relativo à segurança. E não se tratou, somente, de um pequeno grupo, mas da segurança pública e afirmação de espaços: na madrugada de 28 de junho de 1969, o que teria sido mais uma batida policial de rotina, no bar Stonewall Inn, no bairro Greenwich Village, em Nova Iorque, tornou-se um espaço de conflito aberto e mostrou claramente a situação insustentável que a população LGBT enfrentava nos EUA, forçada a se manter escondida das vistas do público, com medo da prisão, dos espancamentos e demais abusos da autoridade policial, sem a possibilidade de defesa de quaisquer direitos civis.

64

A partir dali, uma parte dessa população se organizou em grupos de militância, estabeleceu metas pela visibilidade pública e conscientização e participou de movimentos de emancipação, ao lado de feministas, antirracistas e pacifistas contrários às intervenções norte-americanas em outros países. Logo surgiram jornais especializados na questão dos direitos civis negados à população LGBT e, no primeiro aniversário dos confrontos de Stonewall, Nova Iorque e Los Angeles tiveram as primeiras Paradas do Orgulho.

O movimento em prol dos direitos LGBT se organizou em vários países, com diferentes graus de sucesso. Com o advento da Aids – que se espalhou amplamente entre os gays – parte do movimento se concentrou no cuidado dos portadores do HIV e na defesa dos seus direitos. Outros grupos voltaram sua atenção para as questões lésbicas. Outros, ainda, enveredaram pelo caminho da integração social de travestis e pelo direito à cirurgia de redesignação de gênero (“mudança de sexo”) e à mudança de identidade de transexuais.

Uma das maiores lutas atuais do movimento brasileiro de emancipação e conscientização LGBT – também conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro ou MHB – é a aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC) 122/2006, que iguala a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero – popularmente chamada de “homofobia” – ao crime de racismo e prevê as mesmas sanções legais, inclusive multa e prisão. A principal argumentação dos grupos contrários ao Projeto (a maioria dos quais é de base religiosa cristã evangélica) é de que a nova lei seria inconstitucional, porque impediria a livre expressão religiosa. A “livre expressão religiosa” citada é, em essência, a possibilidade de líderes religiosos, em cultos e sermões, continuarem

a pregar às suas congregações que a homossexualidade é um pecado mortal, que Deus criou homem e mulher para a relação heterossexual e que qualquer coisa diferente disso é uma abominação.

O projeto de lei, em que pese realmente se propor a limitar abusos, não tem como meta primária a censura aos religiosos – muito menos “queimar a Bíblia”, como pastores mais exaltados denunciam em entrevistas e reportagens. As principais funções dessa lei seriam impedir empregadores de demitir funcionários(as) por discriminação de gênero e sexualidade, impor penas mais severas a quem agride (física ou mesmo verbalmente) homossexuais, além de punir estabelecimentos que tentassem expulsar ou censurar o comportamento afetivo de casais do mesmo sexo. Uma das questões centrais na argumentação da lei é, justamente, a mesma que provocou os eventos de Stonewall, há quase 40 anos: a falta de segurança para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros em ambientes públicos. O conceito de “segurança”, aqui, não se traduz apenas na problemática dos assaltos, assassinatos e seqüestros, mas em um tipo de violência cotidiana que ainda aflige essa população.

São os olhares, as atitudes veladas, os comentários, a violência física e verbal, as tomadas de decisão que atrapalham, minam e enfraquecem as condições de vida mais primárias. Quantas pessoas LGBT têm, no Brasil, a possibilidade de expressar, em público, sua afetividade com a mesma “naturalidade”² e desvelo que os casais heterossexuais? Várias são as pesquisas que tratam do tema da sociabilidade homossexual, em especial no Carnaval, nas Paradas e em determinados ambientes, públicos ou privados, em que a grande concentração de pessoas homossexuais age como um estímulo de segurança e conforto para que aconteçam manifestações de afeto sem medo de represálias nem agressões.

É importante salientar, porém, que mesmo nesses ambientes e nos pontos específicos no tempo em que a manifestação pública da homosociabilidade é possível – como no Carnaval e nas Paradas – ainda são registrados casos de agressão verbal e física. O que nos leva a questionar a aparente fragilidade desses locais e momentos, no que tange às questões de segurança. Um exemplo recente é a quantidade enorme de obstáculos que as entidades responsáveis pela organização das Paradas têm encontrado, no tocante à liberação de alvarás para a realização desses eventos. Detalhes técnicos e burocracias que não afetam a consecução de outros eventos são constantemente levantados por agentes de prefeituras, defesa civil, polícia militar, corpos de bombeiros e outros órgãos, principalmente aqueles voltados para a segurança pública.

O Brasil é, atualmente, o país com a maior quantidade de paradas, caminhadas e marchas LGBT – são 150 oficialmente registradas pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)³, além de mais 33 eventos correlatos (congressos, exposições, festivais etc.) – mas, simultaneamente, é um dos países ocidentais em que os direitos fundamentais

dessa população (como o direito à união civil e/ou casamento, adoção, participação em espólio, pensão ao cônjuge etc.) não são garantidos em lei e dependem de jurisprudências e da boa vontade de promotores e juízes.

A propósito dessas ansiedades e perspectivas, o pesquisador Simon Dutta⁴ veio ao Brasil, entre 2007 e 2008, para realizar uma pesquisa intitulada “Geografias de Violência e *Geborgenheit*: Lutas Queer pela Segurança no Brasil”, na qual ele fez oficinas e exercícios práticos com grupos focais, registros em vídeo de paradas e também de uma ampla gama de atividades relacionadas à população LGBT, coletas de informações primárias (diretamente com os sujeitos) e secundárias (com os sujeitos coletando informações com terceiros) e entrevistas. O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa paralela a uma de suas iniciativas, da qual tivemos a oportunidade de participar, primeiro como sujeito em um grupo focal e, mais tarde, como co-pesquisador, na coleta e consolidação dos dados. Gostaríamos de agradecer ao pesquisador pelo seu incentivo e apoio na realização desta pesquisa.

GEOGRAFIA, SEXUALIDADE E GÊNERO

A geografia tem percebido um aumento considerável de proposições e teorias em torno do espaço, já não mais no contexto puramente físico, mas principalmente no sentido das relações sociais e da cultura. As relações entre corpo e cidade, entre arquitetura e estruturas de controle e entre o avanço tecnológico da comunicação e o processo de “desterritorialização” da geografia clássica constituem um campo de pesquisa bastante frutífero.

Os últimos anos do século XX e os primeiros deste século estão marcados por um efeito de ambivalência nas relações sociais. Graças à tecnologia, o planeta se tornou uma grande “teia”. A comunicação acelerou processos e criou novas formas de relacionamento. Agrupamentos sociais de diferentes naturezas se formam e se espalham, sem o confinamento geográfico de antes. Usos e costumes, produtos e possibilidades que eram disponíveis apenas a determinada cultura, agora podem ser vistos, sentidos e usados por qualquer um que tenha acesso à comunicação global. Novas experiências digitais modificam valores tradicionais e as formas de lidarmos com eles, nas ordens tanto do público quanto do privado.

Por outro lado, vemos movimentos de resistência localizados, em que o sistema comunitário local não se rende aos processos de “pasteurização” incentivados pela globalização. As comunidades se adaptam à tecnologia e aos novos valores sociais e culturais, aproveitando-os para se lançarem também ao mundo, sem perderem de vista suas raízes. Os fatos cotidianos e banais do dia-a-dia valorizam e fortalecem as relações comunitárias locais. Os homens “comuns” ganham importância dentro do espaço compartilhado e se tornam atores sociais. A cultura do cotidiano adquire força como noção privilegiada para interpretar as múltiplas sociabilidades que se estabelecem nas cidades.

O ponto de vista clássico sobre a interação social na cidade era antes permeado pela lógica iluminista do racionalismo, na qual o estilo de vida urbano e moderno se opunha ao modelo tradicional, típico da área rural e das regiões mais atrasadas em termos de técnica. O espaço da (con)vivência era substituído, no ambiente urbano, pelo espaço da associação. Atualmente, percebe-se uma mudança na forma de análise dessas interações, onde se valoriza novamente a *comunidade*, um conceito abordado de diferentes maneiras ao longo do tempo, por diferentes autores (MAIA In FREITAS, 2005, p. 36-37). Da mesma forma, as relações entre o corpo e a cidade, sua estrutura arquitetônica, suas múltiplas vozes e seus diferentes afetos sociais, emotivos e subjetivos, têm se constituído em um vasto tema de análise. Para tanto, geógrafos, sociólogos, filósofos, historiadores, comunicadores, psicólogos, biólogos, físicos e pesquisadores de diversas outras áreas reúnem esforços interdisciplinares para melhor compreender a realidade urbana que se coloca e quais os seus reais efeitos em relação à Humanidade⁵.

A pesquisa principal que serve de base a este artigo se fundamenta, em grande parte, nas Teorias Queer, o que implica uma breve exposição inicial sobre sua proposta e trajetória. Os Estudos Queer têm como princípio a contestação ao modelo que permeia as ciências humanas e sociais: homem, heterossexual, branco, de classe média ou alta e ideologias conservadoras. Observa-se que esse modelo influencia uma série de tendências nos próprios estudos sobre a população LGBT.

O estereótipo heteronormativo e suas hierarquias sexuais têm servido, inclusive, como protótipo para algumas das principais iniciativas políticas de integração social da população LGBT à sociedade (como a definição de “família” e os conceitos relativos à adoção de crianças, a partir do modelo heteronormativo), em vez de propor alternativas ao modelo hegemônico. As Teorias Queer discordam veementemente de tal postura e procuram não definir hierarquias, nem linearidade, entre os conceitos de gênero, sexo e desejo, partindo do princípio de que há inúmeras configurações possíveis entre esses elementos. Segundo Joseli Silva,

na geografia este pensamento se manifesta nos estudos das chamadas “geografia feminista” e “geografia das sexualidades”. A influência queer se desenvolve nas pesquisas geográficas a partir dos anos 90, privilegiando um novo olhar para os enfoques de gênero e sexuais. As(os) geógrafas(os) desta tendência argumentam que não há posições binárias entre gêneros, mas complexidades de relações que constroem identidades paradoxais. O ponto central de suas críticas é a “falácia” da oposição hetero/homo sexual que organiza o conhecimento e as ações dos sujeitos no mundo. Advogam uma política identitária de sujeitos que podem, de forma relacional e processual, transgredir e sustentar os sistemas explorando as relações entre a sexualidade e espaço para revelar a vasta disposição de negociação constante entre corpos e lugares. (SILVA, 2007, p.5).

A posição binária entre gêneros, mesmo amplamente criticada na academia contemporânea, ainda rege o pensamento de boa parte da sociedade, que não apenas mantém uma hierarquia de valores entre o “masculino” e o “feminino”, como ainda confunde gênero com sexualidade, enxergando gays como “homens femininos” e lésbicas como “mulheres masculinas”. Mais ainda, muitas vezes homens e mulheres homossexuais são tão fortemente influenciados pelos estereótipos impostos pela sociedade que acabam realmente emulando os comportamentos que essa mesma sociedade lhes atribui, pelos quais os “reconhece” e, na maior parte das vezes, que são motivo de chacota, discriminação e humilhação pública, alienando as pessoas GLBT ainda mais.

No caso de travestis e transexuais, que hoje são reconhecidas pela academia e pelo Movimento como pessoas com uma *identidade de gênero transitória e/ou equivocada em relação ao seu corpo biológico* (e não mais como “homossexuais levados ao extremo de modificarem seus corpos”), ou seja, finalmente percebidas pelo seu gênero e não pela *sexualidade*, a agressão física, emocional e psicológica é ainda maior, bem como a internalização dos processos discriminatórios. Muitas travestis femininas ainda se veem como homens e ainda se confundem quanto à própria identidade. As dificuldades de acesso à educação e o isolamento social que lhes é imposto só pioram esse estado de coisas. Seu refúgio é seu território, geralmente próximo à área de prostituição local, em que muitas delas vão viver e morrer. Só há relativamente poucos anos têm surgido iniciativas no sentido de reduzir a vulnerabilidade dessas pessoas, bem como estudos sérios a respeito do seu cotidiano. A propósito da agressão e da dúvida internalizada, registra Silva:

Os maiores sofrimentos vividos pelas travestis na infância, por unanimidade, foram na escola. Quando elas resgatam estas experiências, alertam para o fato de que ainda não haviam se tornado travestis e realizam evocações que se confundem com o masculino e o feminino. A expressão “eu ainda era uma gay” é bastante comum, assim como a percepção de que o ser travesti é “mais evoluído” do que o ser gay, como se houvesse uma trajetória a ser percorrida por todas as pessoas que não se encaixam no padrão da norma do gênero masculino. (SILVA, 2007, p.9).

Tal quadro geral de insegurança, repressão emocional e psicológica a que são submetidas as pessoas LGBT é reproduzido nos depoimentos e exercícios citados adiante.

GEBORGENHEIT NO RIO DE JANEIRO

O conceito de *Geborgenheit* sugere, à primeira vista, a tradução como “segurança” ou “proteção”. Entretanto, ele não se limita à ausência de perigo. *Geborgenheit* é um termo complexo que se refere a um sentimento subjetivo de segurança, fundamentado na relação direta do sujeito com o ambiente. Ele

pode ser, portanto, traduzido como um misto de “segurança”, “aconchego”⁶, “conforto”. No caso específico da população LGBT, o “aconchego” tem relação direta com a sensação de ser socialmente aceito. E a aceitação como elemento determinante do aconchego ocorre, primariamente, em duas vias: uma *temporal* – ocasiões específicas em que acontecem aglomerações da população LGBT, como em determinados blocos de – e uma *espacial* – locais que são criados especificamente para a população LGBT, ou por ela apropriados como áreas de convivência.

Na cidade do Rio de Janeiro, há locais que ocuparam posições de destaque em diferentes momentos e cujos ciclos já se encerraram. O McDonald’s da Rua Senador Dantas, na Cinelândia, recebia em meados dos anos 1980 uma clientela específica nas noites dos fins de semana. Travestis e *drag queens*, antes de fazerem apresentações em boates próximas (em especial no caso das travestis) ou iniciarem mais uma jornada de trabalho na área de prostituição entre a Lapa e a Glória, iam jantar, conversar e trocar informações sobre trabalho. Gays e lésbicas, além de garotos de programa (michês) que trabalhavam na região, também paravam para conversar. Com os problemas com a segurança da área e uma série de mudanças no ambiente – inclusive o fechamento de vários cinemas, um dos quais deu lugar a um templo da Igreja Universal do Reino de Deus – a frequência diminuiu. O McDonald’s mudou de lugar e, mesmo ainda recebendo públicos diversos, seu caráter de “point gay” se perdeu – exceto para a prática da “pegação”, que será discutida mais adiante.

A Rua Visconde Silva, em Botafogo, teve, nos anos 1990, uma concentração de casas noturnas voltadas para gays, lésbicas, bissexuais e heterossexuais ‘simpatizantes’ (eram bares e boates autodenominados GLS). Foi apelidada pelos frequentadores de “Rua da Lama” e, à época, a aglomeração em frente às portas das casas gerou efeitos na própria rua: casais andavam de mãos dadas e se beijavam, com pouco ou nenhum medo de represálias. Mesmo a rua sendo via de passagem de carros e ônibus (o que ocasionalmente abria espaço para uma manifestação discriminatória), os frequentadores tinham pouco do que se queixar. Ainda há uma ou duas boates no local, mas o ritmo do local caiu muito.

A Rua Farme de Amoedo, em Ipanema, há décadas tem sido um local de encontro maciço de gays e, em menor número, de lésbicas. Um domingo de verão na “área gay” da praia (delimitada por bandeiras do arco-íris em quiosques na areia) não é considerado completo sem uma ida à porta do Bar “Bofetada”. No Carnaval, quando a Banda de Ipanema (um exemplo de agrupamento com limites temporais) se dispersa, a maior parte das pessoas fica na Farme. A concentração de homens de sunga gera um clima de libido exacerbada e, no Carnaval, excessos que beiram o atentado ao pudor não são incomuns. Porém, mesmo nesse “recanto paradisíaco”, há problemas. Nos anos 1990, um grupo de rapazes autodenominados “judocas” (supostamente praticantes de jiu-jítsu) atacava casais e agrupamentos na rua e provocava tumultos à porta do “Bofetada”. Recentemente, um grupo chamado “Farmeganistão” (em citação

aos conflitos sangrentos do Afeganistão), formado por moradores das redondezas, iniciou um movimento violento e repressivo para expulsar a população LGBT da área, sem sucesso. A Farme resiste bravamente às ondas de homofobia que vêm se chocar contra suas mesas e balcões.

Desde o final dos anos 1990, a Rua Almerinda Freitas, em Madureira, começou a testemunhar por um fenômeno gregário semelhante. Rua comercial durante o dia, nas noites de quarta-feira ela passou a reunir gays, lésbicas, bissexuais e ‘simpatizantes’. A boate “Papa G” atraía grande público e, mesmo quando ela fechou as portas, os encontros permaneceram, com a presença de um notável contingente de menores de idade, que não poderiam ainda frequentar bares e boates. O fato de a rua ter pouco movimento à noite e estar localizada no centro de Madureira, perto de várias vias de acesso para trens, ônibus e vans, ajudou a promover sua fama como “point” da noite LGBT suburbana. A boate reabriu e fechou para reformas várias vezes, mas o movimento permanece e o espaço da rua (que em outras noites é um “não-lugar” antropológico⁷), é dominado e transformado em espaço festivo, quase “dionisíaco”. *Drags* andam “montadas” (maquiadas e em trajes femininos) e casais se beijam sem medo. O *genius loci* (espírito do lugar) que se apossou daquele espaço parece ser, sem dúvida, um “espírito do arco-íris”⁸.

PROPOSTA, METODOLOGIA E RESULTADOS PRELIMINARES

A pesquisa principal, ainda em andamento e que faz parte do projeto de doutorado do pesquisador Simon Hutta, se compõe de diferentes metodologias de coleta de dados acerca da subjetividade da população LGBT brasileira, no que se refere às questões de segurança, aconchego e aceitação, nos diferentes espaços urbanos.

Tivemos a oportunidade de participar de um grupo focal da população LGBT como sujeito e, mais adiante, como co-pesquisador, na coleta, transcrição e análise preliminar de informações obtidas no próprio grupo e, também, de outras pessoas LGBT por meio de entrevistas. Os resultados a serem aqui apresentados representam uma fração do que ainda está sendo consolidado para uma análise mais profunda. Chamou nossa atenção, todavia, que mesmo em um estágio inicial, algumas respostas se repetem com notável frequência e parecem transmitir um sentido comum a algumas ansiedades e perspectivas das minorias sexuais nos centros urbanos.

A participação foi voluntária; foram assinadas permissões de registro anônimo dos depoimentos (os sujeitos serão identificados por iniciais e idades), concentrando-se nos hábitos afetivos de cada sujeito. Por “hábitos afetivos”, entendemos suas atividades cotidianas no que se refere à expressão de sua afetividade e sexualidade: frequentar ambientes voltados para o público LGBT, namorar, manter relações sexuais etc. O grupo acolheu heterossexuais que frequentam ambientes LGBT e/ou que têm amizade e respeito por essa população

(‘simpatizantes’). Foram realizadas 10 reuniões, com frequência variada (nem todos os sujeitos vinham a todas as reuniões e às vezes traziam outras pessoas). Só um sujeito era menor de idade (16) e uma permissão foi obtida para sua participação. Dos sujeitos (cerca de 10 frequentadores fixos e mais seis pessoas entrevistadas), a maior parte era formada por gays entre 21 e 40 anos. Não houve participação significativa de travestis (duas foram a uma reunião, mas não participaram da oficina). Em meio às conversas, oficinas e entrevistas, foram colocadas, em destaque, as seguintes questões:

- *Quais são os seus lugares favoritos na cidade?*
- *O que te faz sentir confortável ou seguro?*
- *Existem espaços ou locais que você detesta ou teme?*
- *Existem locais ou momentos onde você se sente mais à vontade para expressar os seus afetos e paixões do que em outros?*

As respostas e os comentários variaram relativamente pouco. Com a notável exceção do menor de idade, que tinha pouca experiência com a vida noturna e pouco conhecimento geográfico da cidade⁹, os sujeitos disseram se sentir mais seguros e confortáveis para expressar afetividade à noite, no Centro do Rio de Janeiro (principalmente na Lapa), na Zona Sul (Copacabana e Ipanema) e em Madureira, além de citarem algumas boates e bares LGBT de outras áreas. Quanto à questão da segurança propriamente dita, manifestou-se um aparente paradoxo relativo à polícia: a presença dela (em especial da PM) dá uma sensação de segurança em relação a assaltos, mas ao mesmo tempo inibe a manifestação de afeto – fruto, segundo os próprios sujeitos, de anos de repressão a gays, lésbicas e travestis por parte da autoridade policial, além de comentários sobre despreparo para lidar com questões LGBT e, ainda, corrupção:

Já aconteceu de uma patrulhinha nos parar porque estávamos andando de mãos dadas e nos beijando na rua. Deram uma “dura” na gente e disseram que beijo entre homens era “atentado ao pudor”. Aí, tentaram fazer com que nós oferecêssemos dinheiro. Só quando eu me apresentei como jornalista, disse que não teria problema em ir à delegacia e mostrei que não tinha medo deles, foi que eles recuaram e nos mandaram ‘circular’. Mas, até ali, nos trataram como se fôssemos criminosos!” (“E”, 40).

Essa sensação de insegurança perante a autoridade vem se associar às questões citadas anteriormente acerca da falta de iniciativa dessa mesma autoridade em apoiar eventos de conscientização da população LGBT, como as paradas.

Um outro fato que chamou a atenção foi de que a maior parte dos sujeitos associou automaticamente “expressão afetiva” com “relação sexual”. Como no caso de “R”, 27:

Para mim, o espaço de expressão de afeto é o motel. Eu não frequento a noite gay, meu namorado gosta, mas eu não gosto. E minha família é crente (sic). Então, minha única opção é o motel. Quando não é no

carro. Isso acontece: nós vamos de carro até um motel que está lotado. Enquanto esperamos na fila, transamos dentro do carro. Os vidros são escuros, ninguém vê. Aí, acabamos damos a volta e saímos da fila. E vamos fazer um lanche.

Em mais de um caso, o sujeito fez uma separação clara entre afeto e sexo casual:

Minha mãe sabe de mim, mas eu a respeito¹⁰. Se é um lance de momento, ou se estou só ficando, eu levo pro motel. Só se a coisa fica séria, vira namoro mesmo, depois de um mês ou mais, aí eu levo pra casa, apresento à minha mãe. Mas, beijo, sexo, só no meu quarto, depois que ela vai dormir.” (“M”, 28)

A partir dos depoimentos, oficinas e entrevistas, evidenciou-se um quadro de experiências que mostram uma profunda necessidade insatisfeita de espaço para manifestar afeto entre pessoas do mesmo sexo, paradoxalmente limitada por um sentimento de insegurança e por uma “homofobia internalizada” por parte dos próprios sujeitos. Além do medo de expressar sua sexualidade em público, as pessoas guardam ranços de criação e da cultura dominante, que determinam que qualquer manifestação aberta de afeto e intimidade é “desrespeitosa e inadequada”.

72

No caso da homossexualidade, que por si só é considerada “obscena” e “pecaminosa”, as duas situações de inadequação se adicionam e se completam, gerando uma repressão que parte da própria população reprimida. Os espaços de convivência e livre manifestação são, principalmente, boates, bares e motéis, além do próprio lar em casos específicos. A ideia de andar de mãos dadas na rua ou de beijar em público ainda incomoda muitos dos próprios sujeitos que sofrem a repressão da sociedade e acabam projetando essa mesma repressão em suas vidas.

Resta, então, às pessoas LGBT, a sociabilidade dionisíaca que age como agente gregário. Maffesoli, falando das forças de coesão social que garantem a sobrevivência da cidade, diz que ela “contém em si outras entidades do mesmo gênero: bairros, grupos étnicos, corporações, tribos diversas que vão se organizar em torno de territórios (reais ou simbólicos) e de mitos comuns” (MAFFESOLI, 1998, p. 171-172).

É nos encontros em recantos escuros e ambientes marginalizados que essa população – mesmo reproduzindo a mesma ordem heteronormativa que a discrimina – tem espaço para se expressar e se relacionar, sem medo de ser feliz.

Para Giddens, a história da sociedade moderna é uma história emocional, de buscas sexuais dos homens, mantidas separadas de suas identidades públicas como “homens de família”. Uma história que independe de orientação sexual: por causa da distância entre a prática sexual homossexual e a reprodução da espécie, torna-se claro para ele que os homossexuais foram mais bem sucedidos nessa busca, por ela estar dissociada, desde o princípio, da separação

de gêneros e suas funções sociais estabelecidas historicamente, mesmo quando o relacionamento homossexual imita o modelo heterossexual no tocante às relações de poder e gênero (GIDDENS, 1993, p. 138; 217). É na prática da “pegação” que a busca se evidencia ainda mais.

“Pegação” é um termo usado, no meio heterossexual, para definir a busca de parceiros(as) em festas, encontros e danceterias. Ele tem, contudo, sua origem no ambiente gay, no qual indica a procura anônima, imediata e impessoal de satisfação afetiva e/ou sexual, geralmente em cantos discretos e/ou fechados dentro de ambientes públicos. Ela varia desde olhares ávidos que se trocam em silêncio e à distância, até a masturbação mútua, a felação e mesmo relação a sexual completa. A prática da pegação chega a constituir uma “tradição” em alguns locais, como banheiros de shopping e rodoviárias, alguns parques à noite, becos e praias, entre outros.

Maffesoli (1985, p. 40-41) salienta que um dos efeitos negativos da domesticação dos costumes é esquecer que a efervescência é necessária a toda estruturação social. Ele fala de uma “incontinência” que, sem ser exclusiva de indivíduos marginais e não integrados à sociedade, remete àquilo que é “encoberto”. Para o autor, esse comportamento *dionisíaco* é fundamental para a manutenção da sociedade “formal”, no sentido de oferecer um contraponto que reforça e confirma a regra. Não por acaso, ele enfatiza o papel fundamental que a diversidade das manifestações sexuais – como a masturbação, a prostituição, a homossexualidade e o travestismo, entre outras – exerce na própria base da estrutura produtiva da sociedade capitalista, complementando o pensamento de Giddens.

Um exemplo claro do que acontece nesses ambientes é o que foi registrado na pesquisa de 2003, na Rua Almerinda Freitas, em Madureira:

Durante todo o evento, as conversas, normalmente em torno de trivialidades, quase sempre voltam ao tema do sexo – falando dele, referindo-se a relacionamentos (factuais ou potenciais) dos participantes, ou comentando, com olhares curiosos, a aparência de determinado homem que circula no espaço. O jogo visual tem um caráter significativo: a roupa, os acessórios e a maneira de andar e se movimentar chamam a atenção, atraem, repelem (...) há de se notar que o próprio meio social – permeado de valores religiosos e conservadores – induz a que haja um movimento de resistência, no qual a sedução sutil ainda é cultivada e valorizada. Isso é mais claro no meio homossexual, onde ainda é necessário esconder sentimentos, disfarçar atitudes e comportamentos. (PERET, 2006, p. 11-12).

Conforme se pode perceber, os encontros semanais na rua – mais até do que a pegação mais explícita que acontece durante toda a semana no Madureira Shopping e que é fortemente reprimida, pelo seu caráter de ilegalidade e atentado ao pudor – oferecem aos seus frequentadores um profundo sentimento de satisfação, segurança, participação, aceitação e, em consequência disso, de aconchego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte feito nas entrevistas, mesmo pequeno, foi bastante significativo. A aleatoriedade na origem, grau de instrução e nível de poder aquisitivo dos sujeitos entrevistados nos pareceu suficiente para o protocolo metodológico em uso, como garantia da não interferência desses fatores nos resultados. Em uma breve comparação com os resultados das 300 entrevistas realizadas na pesquisa de 2003, algumas posições se mantêm claras.

Nas entrevistas e oficinas, ficou evidente que ainda há um longo caminho a ser trilhado, não limitado à elaboração de políticas públicas e na aprovação de lei que garantam a segurança, os direitos civis e a cidadania da população LGBT, mas estendido a uma mudança geral na cultura. Não adianta haver uma lei que reconheça a união civil e/ou o casamento homossexual, se casais de gays e lésbicas não se sentem livres para sair à rua de mãos dadas ou trocar beijos e carinhos em público, por medo de represálias, às vezes da própria polícia que deveria protegê-los. É importante que haja uma legislação clara para ajudar a identificar e punir a discriminação, mas mais importante é que as origens dessa discriminação sejam estudadas, reconhecidas e desfeitas na fonte. É primordial que pais e professores – pois é no seio da família e no interior da escola que a discriminação e o isolamento começam – haja capacitação, vontade de agregar, aceitação da diferença e da diversidade.

As reações das pessoas entrevistadas expõem um desejo de integração à sociedade, ora pelo reconhecimento de seu direito de expressar seus sentimentos e afetividade, ora pela adequação à noção hegemônica de “família” como um casal monogâmico com filhos. O que não dá suporte às estratégias dionisíacas de apropriação de espaços para a prática da pegação e do relacionamento fugaz e anônimo. Há aqueles teóricos que creem que a pegação é meramente uma reação aos processos discriminatórios que forçam gays, lésbicas, bissexuais e travestis a se esconderem e manterem seus relacionamentos em segredo. É nosso entendimento, contudo, que a pegação é inerente à construção social e à história das relações humanas.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no Fórum Temático IX Terreno e Arquitetura, uma simbiose entre o ser e o mundo, evento componente do XV Ciclo de Estudos sobre o Imaginário - Congresso Internacional, outubro de 2008, Recife - PE.

² Sobre o processo de “naturalização” - expressa na “aceitação como natural” - do comportamento afetivo heterossexual, vide FURLANI, 2003.

³ Para mais informações e uma lista detalhada, vide <<http://www.abglt.org.br>>.

⁴ Mestre em Psicologia pela Universidade Livre de Berlim e doutorando em Geografia Humana pela Universidade Aberta de Milton Keynes, Grã-Bretanha. Perfil no disponível no site da Universidade: <www.open.ac.uk/socialsciences/about-the-faculty/departments/geography/postgraduate/profiles/simon_hutta.php>.

⁵ Para uma visão mais ampla do estado da arte das pesquisas envolvendo geografia social, cultural e da sexualidade, sugerimos BINNIE e VALENTINE, 1999.

⁶ Após a explicação inicial dos elementos que envolviam o conceito de Geborgenheit, mediante sugestão coletiva do primeiro grupo focal, Hutta passou a usar “aconchego” ao invés de “segurança” como tradução mais completa do termo.

⁷ AUGÉ, 1994.

⁸ Vide resultados completos da pesquisa realizada na Rua Almerinda Freitas e a proposição sobre o seu “genius loci” em PERET, 2006.

⁹ Esse sujeito foi o único que citou a internet como espaço de expressão de homoafetividade. Pode haver uma relação entre a idade e o acesso à tecnologia que possa explicar essa conduta. Não há dados suficientes para confirmar nem desmentir essa hipótese.

¹⁰ Vale notar que o conceito de “respeito” aos pais e aos filhos pequenos – no sentido de evitar manifestar afeto e/ou intimidades na presença deles – transcende a sexualidade e a identidade de gênero, fundamentando-se em raízes culturais profundas, relativas à religião e à organização familiar. Vide FURLANI, 2003

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BINNIE, Jon; VALENTINE, Gil. Geographies of sexuality - a review of progress. In: *Progress in Human Geography*. Londres, v. 23, n. 2, 1999.

FREITAS, Ricardo; NACIF, Rafael (org.). *Destinos da cidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURLANI, Jimena. *Mitos e tabus da sexualidade humana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.

LOPES, Denílson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

MAFFESOLI, Michel. *A sombra de Dionísio: contribuição para uma sociologia da orgia*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

PERET, Eduardo. A Consagração do *GAYnius Loci*: Os Encontros de Madureira. *Anais do III Congresso da ABEH*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SENNET, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Joseli Maria; IELO, Frederico de Paula. A produção do espaço interdito na experiência cotidiana do sujeito transgênero. In: *VII Encontro Nacional da ANPEGE*. Niterói, v. 1. p. 1-16, 2007.